

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## PROJETO DE LEI NO 2.699, DE 2011

(apensado o projeto de lei nº 4.104, de 2012)

Altera o parágrafo único do art. 56 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e os incisos II e III do art. 16 da Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências; para tratar do processo de escolha dos dirigentes universitários.

**Autora:** Deputada SANDRA ROSADO

**Relator:** Deputado BACELAR

## I - RELATÓRIO

O projeto de lei principal, de autoria da Deputada Sandra Rosado, visa alterar a Lei nº 9.394, de 1996 (LDB), e o art. 16 da Lei nº 5.540, de 1968, para tratar do processo de escolha dos dirigentes universitários das instituições públicas.

Encontra-se apensado o projeto de lei nº 4.104, de 2012, de autoria da Deputada Erika Kokay, que tem objetivo similar.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 24, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação e Cultura.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

As duas proposições em análise tramitam nesta Comissão de Educação há longo tempo. Em 2012, receberam parecer elaborado pelo então Relator, Deputado Reginaldo Lopes, que não chegou a ser apreciado. A acuidade da análise então apresentada deve ser mencionada, razão pela qual boa parte da sua argumentação é aqui reproduzida.

A proposição principal cria uma exceção à regra do art. 56 da LDB, que prevê que em qualquer caso os docentes ocuparão 70% dos assentos nos órgãos colegiados das instituições públicas de educação superior. Quando se tratar da escolha dos dirigentes, a proposta estabelece a distribuição igualitária entre docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos.

O projeto insere, ainda, alterações na Lei nº 5.540, de 1968, com a previsão de que os colegiados responsáveis pela escolha dos dirigentes das universidades federais observem composição equânime entre docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos e atribuição de pesos iguais a estas categorias em caso de consulta prévia.

Trata-se, pois, de formulação de proposta de processo paritário para escolha dos dirigentes das instituições de ensino superior.

O projeto de lei apensado, com a mesma intenção de assegurar paridade no procedimento de escolha, propõe alterações apenas em dispositivos no art. 16 da Lei nº 5.540, de 1968. A proposição introduz a eleição direta para dirigentes das instituições federais de educação superior. Suprime as listas tríplices, os requisitos de posição na carreira docente para os indicados, a intervenção do colegiado máximo da instituição e a preponderância dos votos do corpo docente.

As duas propostas coadunam-se com o princípio da gestão democrática do ensino público, inscrito no art. 206, VI da Constituição Federal.

O documento final da Conferência Nacional de Educação – Conae, realizada em 2010, assinala:

*“Com isso, cabe enfatizar a necessidade de: **democratizar a gestão da educação e das instituições educativas** (públicas e privadas), garantindo a participação de estudantes, profissionais da educação, pais/mães e/ou responsáveis e comunidade local na definição e realização das políticas educacionais, de modo a estabelecer o pleno funcionamento dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação coletiva da área educacional, por meio da ampliação da participação da sociedade civil; instituir mecanismos democráticos – **inclusive eleição direta de diretores/as e reitores/as**, por exemplo –, para todas as instituições educativas (públicas e privadas) e para os sistemas de ensino; e, ainda, implantar formas colegiadas de gestão da escola, mediante lei específica”.*

O projeto, porém, ao alterar o parágrafo único do art. 56 da Lei nº 9.394, de 1996, não observa que a legislação sobre escolha de dirigentes, estabelecida para o âmbito das instituições federais de educação superior, refere-se, inicialmente, ao colegiado máximo da instituição. Desse modo, o projeto termina por propor a modificação da composição do colegiado máximo da instituição apenas para efeitos da escolha de dirigentes, o que é um procedimento inviável. Esse colegiado não pode ter composição variável de acordo com a atribuição que estiver exercendo.

Por outro lado, o projeto de lei apensado dispõe diretamente sobre a escolha dos dirigentes, por maioria absoluta, com participação paritária dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo, sem intervenção do colegiado e com eliminação da lista tríplice. Embora mais clara com relação aos procedimentos a serem adotados, a proposição refere-se a processo eleitoral e não a consulta à comunidade acadêmica, o que deixa de considerar a relação necessária entre as instituições de ensino e o Poder mantenedor.

Embora os dois projetos compartilhem o louvável objetivo de democratizar a indicação dos dirigentes das instituições federais de educação superior, as duas propostas têm diferenças importantes, especialmente no que diz respeito à forma de escolha. A proposição principal mantém, em boa medida, os procedimentos atuais, tornando-os mais democráticos pela adoção do princípio da paridade. O projeto apensado determina a eleição como única alternativa e a nomeação do eleito.

É preciso, contudo, analisar a matéria à luz de encaminhamentos diferenciados já existentes na legislação em vigor. De fato, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, prevê as normas para escolha e nomeação de seus reitores. Em seu art. 12, determina a realização de consulta à comunidade acadêmica para escolha daquele será nomeado pelo Presidente da República, com participação paritária, à base de um terço para cada segmento: docente, discente e de servidores técnico-administrativos. Há exigência de titulação em nível de doutorado ou posicionamento nas classes mais elevadas da carreira, além de cinco anos de exercício na instituição. O mandato é de quatro anos, com possibilidade de uma recondução. A autora do projeto de lei principal faz menção a essa realidade, mas sua proposta não avança no sentido de estendê-la integralmente às demais instituições federais de educação superior.

O processo consagrado nesta Lei é mais simples e participativo daquele previsto atualmente na Lei nº 5.540, de 1968, para as universidades e estabelecimentos isolados da rede pública federal. Trata-se de uma solução que incorpora à legislação os procedimentos democráticos já praticados nas instituições federais para escolha de seus dirigentes, sem desfigurar a necessária relação dessas instituições com o Poder mantenedor, o Poder Executivo. Parece mais adequado encontrar uma solução legislativa que, aproveitando em boa medida o conteúdo das proposições em análise, dê uniformidade aos processos de escolha de dirigentes em toda a rede federal de educação superior. Para tanto, adota-se, de modo mais abrangente, o encaminhamento mais recente e avançado, relativo aos IFETs.

Tendo em vista o exposto, voto pela aprovação dos projetos de lei nº 2.699, de 2011, e nº 4.104, de 2012, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2017.

Deputado BACELAR  
Relator



# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI NO 2.699, DE 2011

Altera art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”, para tratar do processo de escolha dos dirigentes universitários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior obedecerá ao seguinte:

I - o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, mediante processo de consulta à comunidade acadêmica da respectiva instituição, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente;

II - os Diretores de unidades universitárias federais serão nomeados pelo Reitor, observados os mesmos procedimentos do inciso I;

III - o Diretor e o Vice-Diretor de estabelecimento isolado de ensino superior mantido pela União, qualquer que seja sua natureza jurídica, serão nomeados pelo Presidente da República, e escolhidos de acordo com o disposto no inciso I;

IV - os dirigentes de universidades ou estabelecimentos isolados particulares serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos;

V - nos demais casos, o dirigente será escolhido conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino.

.....”(NR)

Sala da Comissão, em      de      de 2017.

Deputado BACELAR

Relator